



---

## **RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

---

Autos nº 0000389-29.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Criminal da comarca de Porto União

### **ATIVIDADE CORREICIONAL**

### **INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

Número da portaria: 10/2016-CGJ

Período da correição: 25-4 a 27-6-2016

### **EQUIPE CORREICIONAL**

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza

Analista Jurídico: André Pacheco



## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Porto União.

Unidade: Vara Criminal.

Municípios integrantes: Porto União, Irineópolis e Matos Costa.

Juiz titular: José Aranha Pacheco.

Chefe de cartório: Mário Luís Buch.

Última correição por equipe da CGJ/SC: de 22-4-2013 a 24-5-2013 (autos n. 0010582-11.2013.8.24.0600 – virtual).

Competência: Resolução 15/2011-TJ: "(...) Art. 5º Compete privativamente ao Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Porto União: I - processar e julgar: a) os feitos criminais e as execuções penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); e c) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. III - exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (art. 93, § 1º, da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). Parágrafo único. Os processos referidos nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação na 1ª e 2ª Varas Cíveis da comarca de Porto União, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da Vara Criminal.(...)"

Entrância: final.



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.305
1.1.2	Processos em andamento	2.024
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.281
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 889 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

### 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.308
1.2.2	Processos em andamento	1.151
1.2.3	Procedimentos em andamento	1.157
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

### 1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	475	180	655
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 27-7-2016.				

### 1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.941	161,75
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.500	208,33
1.4.3	Janeiro a junho de 2016 (mês anterior ao da consulta)	1.320	220
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



### 1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	177
	Criminal – Genérico – Processo	
1.5.1.1	Ag. Prazo	79
1.5.1.2	Concluso para Sentença	2
1.5.1.3	Excepcional	1
1.5.1.4	Remetidos à Delegacia de Polícia	30
	Execução Penal – Processo	
1.5.1.5	Ag. Prazo	5
1.5.1.6	Excepcional	1
	Juizado Especial Criminal – Processo	
1.5.1.7	Ag. Análise do Cartório	1
1.5.1.8	Ag. Prazo	2
1.5.1.9	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	53
1.5.1.10	Cumprir Audiência	2
1.5.1.11	Remetidos à Delegacia de Polícia	1
1.5.1.12	Observações	

a) Informações obtidas em 27-7-2016.

b) Na data de 27-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:

b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 474 processos na fila. O mais antigo data de 23-7-2015.

b.2) Ag. Análise – Recursos: não existem processos nesta fila.

b.3) Cumprir urgente: existem 10 processos na fila. O mais antigo data de 5-7-2016.

b.4) Recebido do Juiz:

Recebido do Juiz – Despacho: existem 112 processos na fila. O mais antigo data de 17-6-2016.

Recebido do Juiz – Decisão: existem 43 processos na fila. O mais antigo data de 4-7-2016.

Recebido do Juiz – Sentença: existem 68 processos na fila. O mais antigo data de 17-6-2016.

b.5) Escrivão: existem 10 processos na fila. O mais antigo data de 7-6-2016.

b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 46 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.

b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (0000260-53.2015.8.24.0052)-SJ, 0002015-15.2015.8.24.0052, 0003055-46.2015.8.24.0015, 0000260-53.2015.8.24.0052), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento, mas não há a certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).

b.8) Processo Suspenso: há dois processos nesta fila (0000260-53.2015.8.24.0052)-SJ e (0000260-53.2015.8.24.0052)-SJ, os quais possuem decisão determinando a suspensão.



## 1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

### MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	512	272
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		16,11%	8,56%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. (fls. 12-13) b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. (fls. 76-77) c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		67	8
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		214	3
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		74	132
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		7	12
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		Não se aplica	
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016. (fls. 14-19) a.1) Itens 1.6.5 e 1.6.6: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 27-7-2016. (fls. 78-84) b.1) Itens 1.6.5 e 1.6.6: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



### PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		327	12
	Peticionamento eletrônico		39	24
	Mandados		109	6
	AR		141	19
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. (fl. 21)				
b) Segunda verificação em 27-7-2016. (fl. 85)				

### MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	67	95
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fls. 22-23).				
b) Segunda verificação em 27-7-2016 (fls. 86-88).				

### PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Contadoria	4	0	0	0
1.6.11.2	Ministério Público	151	16	74	1
1.6.11.3	Petição Inicial – Ag. Digitalização	6	2	0	0
1.6.11.4	Serviço Social	0	0	14	0
1.6.11.5	Observações				
a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fl. 24).					
b) Segunda verificação em 27-7-2016 (fl. 89).					



**PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA**

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	204		254	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Assistente Social	0	0	4	0
1.6.12.2	Contadoria	0	0	23	0
1.6.12.3	Juiz (José Aranha Pacheco)	121	44	180	9
1.6.12.4	Ministério Público	40	9	34	4
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.5	Advogado	20	8	9	0
1.6.12.6	Distrito Policial	23	2	4	2
1.6.12.7	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. (fl. 25)				
	b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. (fl. 90)				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				





1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	8	7	12	9
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	20	20	9	9
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	10	6	8	6
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	41	32	50	42
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	3	0	2	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	101	62	145	94
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	19	12	19	19
1.6.13.8	Cartório – arquivar	63	46	38	3
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	1	0	5	5
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	51	1	21	1
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	27	4	14	2
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	38	3	40	1
1.6.13.14	Cartório – prazo 1 a 31	56	30	58	43
1.6.13.15	Cartório – mesa do escrivão	13	13	0	0
1.6.13.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.17	Cartório – mesa 01 a 10	10	10	1	1
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.18	Cartório – cumprir despacho	293	191	179	138
1.6.13.19	Cartório – cumprir despacho urgente	6	5	4	3
1.6.13.20	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.21	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.22	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.26	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – aguardando petição	6	5	7	7
1.6.13.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	44	35	36	35
1.6.13.29	Observações				
	a) Primeira verificação em 18-4-2016. (fls. 26-28)				
	b) Segunda verificação em 27-7-2016. (fls. 91-92)				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



### 1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	2.880	324
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		895	136
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		5.879	426
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		43	13
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		17	3
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	506	212
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. (fls. 29-44)				
b) Segunda verificação em 27-7-2016. (fls. 93-102)				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	73	76
		Definitivo		123	142
1.7.9.1	Réu preso - total			196	218
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fls. 45-51).					
b) Segunda verificação em 27-7-2016 (fls. 103-108).					




1.7.13	Observações
a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fls. 52-54). [REDACTED]	
b.2) Verificou-se nos processos 0004535-26.2007.8.24.0052, 0004084-30.2009.8.24.0052, 0003796-43.2013.8.24.0052 que há determinação para destinação de armas e munições, e nos processos [REDACTED], 0003985-21.2013.8.24.0052 que não há determinação e justificativa para guarda das armas e munições no fórum, conforme a Circular n. 144/2015.	

## 1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	
1.8.6	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fls. 55-59). a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 229 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 47 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA. a.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): períodos faltantes a partir de julho de 2009, todos os meses de 2010 e de janeiro a julho de 2011.		



a.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): existe 1 estabelecimento penal registrado, com data de informação dos dados atualizada.  
b) Segunda verificação em 27-7-2016 (fls. 112-116).  
b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 254 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos bens cadastrados no SNBA, 16 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA.  
b.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): períodos faltantes a partir de julho de 2009, todos os meses de 2010 e de janeiro a julho de 2011.  
b.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): existe 1 estabelecimento penal registrado, com data de informação dos dados atualizada.

### 1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não se aplica	
1.9.1.1	Observações	a) Não se aplica em face da competência da unidade.		



## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 3 de agosto de 2016.

Catia Lucila Ricordi Crestani  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

Cristiane Bernadete de Souza  
Analista Jurídico - M14829

André Pacheco  
Analista Jurídico - M20683